

**APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DE RECURSO QUANTO HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA
EMPRESA AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Excelentíssimo Senhor Pregoeiro,

Pregão Eletrônico N° 90005/2024
UASG 200358 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AL

Requerente: M A SERVIÇOS E TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ nº 30.913.575/0001-66

Representado: AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85

Assunto: Pedido de Impugnação da Habilitação e Proposta da Empresa AGC Prestação de Serviço

**Meritíssimo Pregoeiro,
DOS FATOS**

A análise dos fatos relativos à habilitação da empresa AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85, no certame para prestação de serviços de recepcionista na Polícia Federal, Superintendência de Alagoas, revela diversas irregularidades e inconsistências, conforme exposto a seguir.

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE E CAPACIDADE OPERACIONAL

A empresa AGC, sediada em Porto Velho/RO, foi aceita e habilitada no certame sem responder adequadamente às indagações sobre a execução dos serviços em Alagoas. A falta de uma resposta detalhada sobre a logística e a capacidade operacional para gerenciar um contrato a longa distância, especialmente em relação à substituição de funcionários em casos de ausências legais, férias ou doenças, levanta sérias preocupações sobre a viabilidade e a eficiência na prestação dos serviços contratados.

2. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Foi concedido um prazo de apenas 2 horas para o envio dos documentos de habilitação. Dentro deste curto período, a empresa AGC não conseguiu apresentar o balanço patrimonial do exercício de 2022, conforme exigido pelo subitem 8.23 do edital. Apesar desta falha, foi permitida a complementação posterior deste documento, o que constitui uma violação direta ao disposto na Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos.

Segundo a lei, a complementação posterior de documentos de habilitação é vedada, visando garantir a isonomia e a transparência no processo licitatório.

3. INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

A empresa AGC não apresentou o comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), apesar de ter indicado este benefício na planilha de custos e formação de preços. A ausência deste documento é uma grave falha, pois compromete a credibilidade das informações prestadas na proposta de preços e pode indicar uma irregularidade na composição dos custos operacionais. A inscrição no PAT é uma exigência legal para empresas que fornecem benefícios alimentares a seus funcionários, sendo um requisito que deve ser rigorosamente observado e comprovado no processo de habilitação.

Fundamentação

1. LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS)

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 63, § 1º, estabelece que "é vedada a complementação posterior de documentos exigidos para habilitação", assegurando que todos os concorrentes estejam em igualdade de condições desde o início do certame. A permissão para a empresa AGC complementar o balanço patrimonial após o prazo inicial constitui uma violação direta a esta disposição, comprometendo a lisura do processo.

2. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE

Os princípios da isonomia e da competitividade, pilares do regime licitatório, foram comprometidos pela aceitação de uma proposta que não atendia integralmente aos requisitos do edital. A ausência de uma resposta clara sobre a logística operacional e a falta do comprovante de inscrição no PAT indicam um tratamento diferenciado que prejudica os demais concorrentes e compromete a competitividade do certame.

3. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

O Programa de Alimentação do Trabalhador é regulamentado pela Lei nº 6.321/1976 e pelo Decreto nº 5/1991, que exigem a comprovação da inscrição no PAT para empresas que oferecem benefícios alimentares. A omissão deste documento pela empresa AGC não só infringe a regulamentação pertinente como também indica uma possível irregularidade na planilha de custos, o que pode impactar diretamente na avaliação da proposta financeira.

DO DIREITO

2.1 EXECUÇÃO CONTRATUAL

A ausência de esclarecimento sobre a logística de execução dos serviços, principalmente em casos de ausências legais, compromete a regularidade e a continuidade do serviço público, especialmente em uma instituição sensível como a Polícia Federal. O Tribunal

de Contas da União (TCU) já se manifestou sobre a importância da verificação da capacidade técnica e operacional das empresas licitantes, conforme Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário, que ressalta a necessidade de comprovação da capacidade técnica como condição essencial para a execução dos serviços contratados.

A preocupação com a execução contratual é legítima e amparada por doutrina e jurisprudência. Segundo Marçal Justen Filho, "a administração pública deve zelar para que a execução do contrato ocorra de forma eficiente e regular, sob pena de frustrar os interesses públicos tutelados" (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2016). Este princípio destaca a responsabilidade da administração pública em garantir que todos os contratos sejam executados de maneira que atendam ao interesse público e proporcionem os benefícios esperados.

A ausência de esclarecimento sobre a logística de execução dos serviços, principalmente em casos de ausências legais, compromete a regularidade e a continuidade do serviço público, especialmente em uma instituição sensível como a Polícia Federal. A capacidade de substituir funcionários em casos de férias, doenças ou outras ausências é essencial para manter a eficiência e a continuidade dos serviços prestados.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou sobre a importância da verificação da capacidade técnica e operacional das empresas licitantes. No Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário, o Tribunal ressalta que "a comprovação da capacidade técnica é condição essencial para a execução dos serviços contratados". Esta decisão enfatiza que a administração deve avaliar criteriosamente se a empresa licitante possui os recursos humanos e materiais necessários para cumprir as obrigações contratuais.

Além disso, a jurisprudência do TCU reforça que a falha na apresentação de um plano de logística detalhado para a execução dos serviços pode ser motivo para desclassificação. O Acórdão TCU nº 3023/2011 - Plenário, por exemplo, destaca que "a ausência de informações precisas sobre a execução do objeto contratual pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e a obtenção do melhor resultado para a administração pública".

A doutrina também reforça essa visão. Di Pietro salienta que "a capacidade técnica deve ser demonstrada de maneira clara e objetiva, evitando riscos de inexecução ou execução inadequada do contrato" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2020). Esta abordagem é fundamental para garantir que a empresa contratada esteja realmente apta a executar o contrato de forma eficiente.

Portanto, a ausência de uma justificativa adequada por parte da empresa AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85, sobre como pretende executar os serviços de recepcionista na Polícia Federal, Superintendência de Alagoas, sendo sediada em Porto Velho/RO, compromete a segurança e a regularidade da execução contratual. Essa falta de esclarecimento fere os princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, fundamentais para a administração pública.

Diante do exposto, é imperativo que a habilitação da empresa AGC seja revista, uma vez que a mesma não demonstrou de forma clara e objetiva sua capacidade técnica e operacional para executar o contrato conforme exigido pelo edital e pela legislação aplicável.

2.2 EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO

Conforme estabelece o artigo 63 da Lei 14.133/2021, "os documentos de habilitação deverão ser apresentados no momento da licitação e não poderão ser complementados posteriormente". A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao vedar a complementação de documentos essenciais após a abertura das propostas, conforme o Acórdão TCU nº 731/2010 - Plenário, que dispõe: "A fase de habilitação tem por objetivo verificar se os licitantes atendem aos requisitos de capacidade jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira exigidos no edital. A complementação posterior de documentos essenciais, não prevista no edital, viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório."

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífica ao vedar a complementação de documentos essenciais após a abertura das propostas. Segundo o Acórdão TCU nº 731/2010 - Plenário, "a fase de habilitação tem por objetivo verificar se os licitantes atendem aos requisitos de capacidade jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira exigidos no edital. A complementação posterior de documentos essenciais, não prevista no edital, viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório."

No caso em questão, **a concessão de prazo para envio do balanço patrimonial de 2022, após a identificação da ausência do mesmo, fere o princípio da vinculação ao edital e da isonomia entre os licitantes.** Este princípio estabelece que todos os participantes do certame devem atender às mesmas condições e exigências impostas no edital, não podendo haver flexibilização ou concessão de prazos adicionais para cumprimento de requisitos que deveriam ser atendidos no momento da habilitação.

Conforme a Advocacia-Geral da União (AGU) orienta em seu Manual de Licitações e Contratos, "a exigência editalícia deve ser cumprida integralmente, não podendo ser flexibilizada sob pena de violação aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital." Essa orientação reforça que qualquer permissão para complementação de documentos após a fase de habilitação compromete a lisura do processo licitatório e pode acarretar na anulação do certame.

Além disso, **o Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário** ressalta que a verificação da capacidade técnica e econômico-financeira das empresas licitantes é condição essencial para assegurar a execução adequada do contrato. Permitir a complementação de documentos após a fase de habilitação prejudica a análise dessa capacidade, colocando em risco a execução do contrato e a obtenção do melhor resultado para a administração pública.

Portanto, a decisão de permitir a complementação do balanço patrimonial de 2022 pela empresa AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85, é ilegal e contrária aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital. Essa flexibilização cria uma desigualdade de condições entre os licitantes, comprometendo a integridade do processo licitatório e violando a legislação vigente.

1. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE

A permissão para complementação posterior do balanço patrimonial do exercício de 2022 constitui uma clara violação ao artigo 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que proíbe a complementação posterior de documentos de habilitação. Esta irregularidade compromete a isonomia do certame, uma vez que oferece à empresa AGC uma vantagem indevida em relação aos demais concorrentes que atenderam integralmente aos requisitos do edital dentro do prazo

estipulado. Além disso, a competitividade do certame é prejudicada, pois a aceitação de uma proposta que não atende aos requisitos mínimos afeta a avaliação justa e equilibrada das propostas.

Diante do exposto, é imperativo que a habilitação da empresa AGC seja revista e anulada, uma vez que a mesma não cumpriu com os requisitos exigidos no edital no momento oportuno. A manutenção da habilitação da referida empresa configuraria grave violação aos princípios que regem a administração pública e a Lei de Licitações.

2.3 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

A apresentação de comprovante de inscrição no PAT é necessária quando a empresa pretende usufruir do benefício, conforme dispõe a Súmula 241 do Tribunal Superior do Trabalho (TST): "A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal."

A ausência de comprovação de inscrição no PAT implica que o benefício deverá ser tratado como salário, impactando diretamente na proposta de preços e na sua viabilidade. A natureza indenizatória do auxílio alimentação fornecido por empresas inscritas no PAT é condição sine qua non para que não haja reflexos trabalhistas e previdenciários. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão TCU nº 2747/2014 - Plenário, reforça a necessidade de comprovação de todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de desclassificação: "A empresa deve comprovar todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de desclassificação."

A jurisprudência do TCU é clara ao estabelecer que a ausência de comprovação de requisitos essenciais, como a inscrição no PAT, desvirtua a proposta apresentada, pois altera a composição de custos e a viabilidade econômica da proposta. A falta de tal comprovação infringe os princípios da transparência e da isonomia, conforme preconizado no Acórdão TCU nº 1214/2013 - Plenário, que salienta a importância de cumprir rigorosamente as exigências editalícias para garantir a igualdade de condições entre os licitantes.

2. DEFICIÊNCIA NA LOGISTICA OPERACIONAL

A empresa AGC, sediada em Porto Velho/RO, não respondeu adequadamente às indagações sobre a execução dos serviços em Alagoas, especialmente no que diz respeito à substituição de funcionários em casos de ausências legais, férias ou doenças. A falta de um plano detalhado e viável para a gestão operacional à distância levanta sérias dúvidas sobre a capacidade da empresa de prestar os serviços com a qualidade e a eficiência exigidas. Tal deficiência compromete a efetiva prestação dos serviços contratados e pode resultar em prejuízos para a Administração Pública e para os usuários dos serviços.

3. IRREGULARIDADES NA PLANILHA DE CUSTOS

A ausência do comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma grave falha, uma vez que este benefício foi indicado na planilha de custos e formação de preços. A falta deste documento não apenas infringe a legislação pertinente (Lei nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991) como também compromete a veracidade e a confiabilidade das informações apresentadas na proposta financeira. Isso pode resultar em uma avaliação equivocada dos custos operacionais e impactar negativamente a execução do serviço.

Da Doutrina e Jurisprudência

Doutrina:

- **Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** São Paulo: Dialética, 2016. A obra destaca a importância da verificação da capacidade técnica e operacional das empresas licitantes para garantir a eficiência e regularidade na execução dos contratos administrativos.

Jurisprudência:

- **TCU - Acórdão nº 2622/2013 - Plenário:** Ressalta a necessidade de comprovação da capacidade técnica como condição essencial para a execução dos serviços contratados.
- **TCU - Acórdão nº 731/2010 - Plenário:** Estabelece que a complementação posterior de documentos essenciais, não prevista no edital, viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.
- **TCU - Acórdão nº 2747/2014 - Plenário:** Reforça que a empresa deve comprovar todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de desclassificação.
- **TST - Súmula 241:** Discorre sobre a natureza não salarial da ajuda alimentação fornecida por empresa participante do PAT, o que exige a comprovação de inscrição no programa.

4. Do Pedido

Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria:

- a) A revisão da decisão de habilitação da empresa AGC Prestação de Serviço, CNPJ nº 14.116.631/0001-85, com base na ausência de justificativa sobre a execução contratual, falta de apresentação de documentação exigida no edital e ausência de comprovação de inscrição no PAT;
- b) A desclassificação da empresa AGC Prestação de Serviço do certame, por não atender aos requisitos previstos no edital e na legislação aplicável;
- c) A reabertura da fase de habilitação, assegurando a observância dos princípios da isonomia, da legalidade e da vinculação ao edital, garantindo a lisura e a transparência do processo licitatório.
- d) Caso seja deferida a impugnação, que seja determinada a continuidade do certame com os demais concorrentes habilitados, respeitando-se a ordem de classificação.

Conclusão

A habilitação da empresa AGC Prestação de Serviço no certame para prestação de serviços de recepcionista na Polícia Federal, Superintendência de Alagoas, apresenta diversas irregularidades que comprometem a transparência, a isonomia e a competitividade do processo licitatório. As falhas na apresentação dos documentos exigidos, a permissão para complementação posterior e a falta de clareza sobre a logística operacional são questões que devem ser rigorosamente avaliadas e corrigidas para garantir a integridade do processo e a efetiva prestação dos serviços contratados.

Diante das irregularidades constatadas, recomenda-se a reavaliação da habilitação da empresa AGC Prestação de Serviço no certame em questão. Sugere-se a anulação da decisão de habilitação. A reavaliação e correção das falhas apontadas são essenciais para garantir a transparência, a isonomia e a competitividade do processo, bem como para assegurar a prestação de serviços de recepção com a qualidade e a eficiência esperadas pela Polícia Federal, Superintendência de Alagoas.

Termos em que, pede deferimento.

Maceió, 24 de julho de 2024
